



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Marcelo Augusto de Mello

Formação de Professores para Educação Infantil: Desafios e Perspectivas na
Contemporaneidade

São Carlos

2025

Marcelo Augusto de Mello

Formação de Professores para Educação Infantil: Desafios e Perspectivas na
Contemporaneidade

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado (a) ao Curso de Graduação em
Pedagogia para obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia da Universidade
Federal de São Carlos.

Orientação: Profa Dra. Elizângela
Fernandes dos Santos Wavamunno

São Carlos

2025

Mello, Marcelo Augusto de

Formação de Professores para Educação Infantil:
Desafios e Perspectivas na Contemporaneidade /
Marcelo Augusto de Mello -- 2025.
23f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Elizângela Fernandes dos Santos
Wavamunno

Banca Examinadora: Márcio Bernardino Sirino, Lilian
Ucker Perotto

Bibliografia

1. Formação de professores. 2. Educação Infantil. 3.
Desafios e perspectivas. I. Mello, Marcelo Augusto de. II.
Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Marcelo Augusto de Mello

Formação de Professores para Educação Infantil: Desafios e Perspectivas na Contemporaneidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado (a) ao Curso de Graduação em Pedagogia para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos.

São Carlos, 15 de junho de 2025

Orientador (a)

Dr. (a) Elizângela Fernandes dos Santos Wavamunno
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

Examinador (a)

Dr. (a) Regina Marieta Teixeira Chagas
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

Examinador (a)

Dr. (a) Márcio Bernardino Sirino
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

RESUMO

A formação de professores para a Educação Infantil no Brasil é um campo de estudo de crescente relevância, dada a importância fundamental dessa etapa da educação básica para o desenvolvimento integral da criança. Este trabalho de conclusão de curso se propõe a analisar os desafios e as perspectivas contemporâneas que permeiam a formação inicial e continuada dos docentes que atuam com crianças de zero a cinco anos. Este estudo abordará as transformações históricas e os marcos legais que estruturaram a Educação Infantil no Brasil, além de discutir as exigências contemporâneas para a construção de uma prática pedagógica de qualidade, inclusiva e alinhada às demandas educacionais do século XXI. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise documental. Além disso, serão exploradas as potencialidades da formação continuada, da reflexão sobre a prática e do uso de tecnologias como ferramentas para o aprimoramento profissional. Espera-se que este estudo contribua para o debate sobre a valorização da docência na Educação Infantil e para a proposição de políticas e práticas formativas mais eficazes, que promovam o desenvolvimento pleno das crianças e a construção de uma educação equitativa e transformadora. A discussão será aprofundada com base em autores como Perrenoud (2000), Imbernón (2009), Kishimoto (1999) e Cruz (2010) que trazem importantes contribuições sobre a formação docente e a educação infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Formação de Professores. Perspectivas. Contemporaneidade.

Abstract

The training of teachers for Early Childhood Education in Brazil is an increasingly relevant field of study, given the fundamental importance of this stage of basic education for the integral development of children. This final undergraduate paper aims to analyze the contemporary challenges and perspectives surrounding both the initial and continuing education of teachers working with children aged zero to five. This study will address the historical transformations and legal frameworks that have shaped Early Childhood Education in Brazil, as well as discuss the current demands for constructing a high-quality, inclusive pedagogical practice aligned with 21st-century educational needs. The research, of a qualitative and exploratory nature, is based on bibliographic review and document analysis. In addition, the potential of continuing education, reflective practice, and the use of technologies as tools for professional development will be explored. It is expected that this study will contribute to the debate on the appreciation of teaching in Early Childhood Education and to the proposal of more effective training policies and practices that promote the full development of children and the construction of equitable and transformative education. The discussion will be deepened based on authors such as Perrenoud (2000), Imbernón (2009), Kishimoto (1999), and Cruz (2010), who offer important contributions on teacher education and early childhood education.

Keywords: Early Childhood Education. Teacher training. Challenges. Perspectives. Contemporaneity

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 REVISÃO DE LITERATURA	10
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
3.1 Panorama Histórico e Legal da Educação Infantil no Brasil	12
3.2 A Importância da Formação Continuada e seus Desafios	13
3.3 O Papel da Tecnologia e da Inclusão na Formação Docente	14
4 MÉTODO	16
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
5.1 Desafios Estruturais e Formativos na Formação de Professores para a Educação Infantil.....	17
5.2 Caminhos e Iniciativas para o Fortalecimento da Formação Docente na Educação Infantil	18
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

A escolha deste tema iniciou durante a minha trajetória no curso de Pedagogia, tive a oportunidade de vivenciar de perto o cotidiano das escolas de Educação Infantil, tanto por meio de estágios quanto por observações e conversas com professores. Essas experiências revelaram, de maneira clara, as dificuldades enfrentadas por muitos educadores que atuam com crianças pequenas: ausência de suporte institucional, falta de tempo para estudos, baixa valorização profissional e desafios em adaptar práticas pedagógicas às novas exigências sociais. Como futuro educador, senti a necessidade de compreender mais profundamente essas questões e contribuir por meio desta pesquisa.

Apesar das adversidades, há iniciativas e perspectivas promissoras que podem contribuir significativamente para a melhoria da formação docente. Entre elas, destaca-se a necessidade de ampliar e qualificar a formação continuada. Programas construídos a partir das demandas reais dos professores, com metodologias ativas e foco na prática reflexiva, são essenciais para garantir o aperfeiçoamento profissional.

A formação de professores para a Educação Infantil, constitui um tema de extrema importância para o cenário educacional brasileiro e mundial. Considerada a primeira etapa da educação básica, a qual se refere às crianças de zero a cinco anos, a Educação Infantil é marcada como um período decisivo na formação dos indivíduos, embora a infância continue por longos anos seguintes. Destarte, a maneira como os sujeitos são atendidos nesse período tem o condão de interferir diretamente em todo o percurso subsequente de desenvolvimento cognitivo, social, emocional e afetivo dessas crianças. Assim, a formação daqueles e daquelas que atuam nesse campo é fundamental para que se possa vislumbrar uma sociedade, diria justa e equitativa.

Observa-se que, no Brasil, a Educação Infantil insere-se num fenômeno histórico de reconhecimento e valorização. Se antes era considerada apenas assistência, ela tornou-se um direito da criança e um dever do Estado, a partir da Carta Magna de 1988 e da LDBEN nº 9.394/96. No entanto, de fato, o que enfrenta os desafios é um modelo de formação que não parece satisfazer as necessidades da comunidade infanto-juvenil. A complexidade do trabalho com a primeira infância requer dos educadores não apenas um forte conjunto de conhecimentos pedagógicos, mas também a capacidade de atender às necessidades específicas de desenvolvimento infantil, para criar oportunidades para uma interação significativa e ambientes educativos que cultivem a curiosidade, a criatividade e a autonomia. Ao mesmo tempo, a

sociedade e a tecnologia estão avançando rapidamente e a crescente demanda por políticas de inclusão impõe novos requisitos sobre quem educa a próxima geração.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como propósito principal analisar os desafios e as perspectivas relacionados à formação de professores da Educação Infantil na contemporaneidade. Trata-se de um esforço para apresentar a realidade desse campo, com base em dados disponíveis, legislações e exemplos. Para isso, será realizada uma revisão da literatura específica sobre a formação docente para a Educação Infantil, com ênfase em aspectos como a formação inicial e continuada, a relação entre teoria e prática, as políticas públicas vigentes e suas influências na construção do perfil profissional docente. Além disso, o trabalho abordará a importância de incluir, na formação desses profissionais, conteúdos relacionados à educação inclusiva e ao uso pedagógico das tecnologias, visando à construção de práticas mais equitativas e inovadoras dentro das instituições de Educação Infantil. Isso será possível usando dados e estudos que revelam o perfil do professor de muitas crianças, como eles estão realmente trabalhando hoje e quais são os principais obstáculos. Esses pressupostos críticos os tornarão uma percepção de complexidade e perguntas em aberto no futuro. Nomes como Perrenoud (2000), Imbernón (2009), Kishimoto (1999) e Cruz (2010) guiarão a criação das bases teóricas, provendo insights sobre os conhecimentos cruciais para o dia a dia do ensino e as questões da aprendizagem contínua. A LDB e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) servirão também de leis norteadoras, moldando a capacitação e o trabalho dos educadores.

Diante desse contexto, este trabalho busca explorar os principais desafios e as perspectivas atuais que envolvem a formação de professores para a Educação Infantil no Brasil, considerando os aspectos históricos, legais, pedagógicos e sociais que permeiam a atuação docente nesse nível de ensino. A questão que orienta esta investigação é: quais são os desafios e as possibilidades da formação de professores para a Educação Infantil no contexto das exigências contemporâneas, como a inclusão, o uso das tecnologias e as transformações sociais? Trata-se de uma investigação qualitativa, de natureza bibliográfica e exploratória, que se apoia em produções acadêmicas e documentos oficiais para analisar as condições de trabalho, os obstáculos enfrentados e as possíveis direções para o aprimoramento da formação docente.

Justifica-se esta pesquisa não apenas por uma motivação pessoal construída ao longo da formação em Pedagogia, mas, sobretudo, por uma demanda acadêmica e social urgente: a necessidade de repensar o modelo de formação de professores que atuam na base do sistema educacional, onde se formam os alicerces da aprendizagem e da cidadania. Essa motivação foi

sendo consolidada ao longo do curso, especialmente em disciplinas como *"Escola e a inclusão social na perspectiva da educação especial"*, que permitiu refletir sobre a importância de uma formação docente que prepare o profissional para lidar com a diversidade e promover a inclusão desde os primeiros anos da vida escolar. Também na disciplina *"Uso de recursos didáticos das TDICs na sala de aula"*, ficou evidente o quanto o uso crítico e criativo das tecnologias pode ser um aliado no processo de ensino-aprendizagem, exigindo, no entanto, uma formação continuada e adequada para os professores da Educação Infantil. Além disso, a experiência no estágio supervisionado em Educação Infantil foi determinante para essa escolha. Durante as observações e intervenções realizadas, foi possível perceber lacunas significativas na formação de alguns profissionais em relação ao planejamento de atividades inclusivas, ao uso das tecnologias e à compreensão das especificidades do desenvolvimento infantil. Tais vivências trouxeram à tona a necessidade de se pensar em políticas e práticas formativas mais integradas, que articulem teoria e prática e que considerem os desafios contemporâneos enfrentados pelos professores.

Estudos como os de Perrenoud (2000), Imbernón (2009) e Cruz (2010) apontam para a importância de um professor reflexivo, capaz de articular teoria e prática, de enfrentar contextos adversos e de manter-se em formação contínua. A literatura nacional também tem evidenciado lacunas na formação docente, especialmente na Educação Infantil, onde os profissionais ainda convivem com baixos investimentos institucionais e com a falta de reconhecimento da complexidade de seu trabalho. Assim, espera-se que esta pesquisa contribua para a ampliação do conhecimento sobre a formação de professores para a Educação Infantil, ressaltando os desafios persistentes e apontando caminhos para a construção de uma educação mais justa, inclusiva e de qualidade, que valorize a infância e reconheça o papel central dos docentes na transformação social.

2. Revisão de Literatura

A revisão bibliográfica constituiu a base para a construção dos pressupostos teóricos e para a identificação dos principais debates e lacunas no campo da formação de professores para a Educação Infantil. Foram consultadas obras de autores renomados na área da educação, como Philippe Perrenoud (2000), Francisco Imbernón (2009), Tizuko Morchida Kishimoto (1999) e Sílvia Helena Cruz (2010), que abordam temas como a formação docente, a prática reflexiva, a educação infantil e os desafios da profissionalização.

Também foram consultados documentos oficiais e legislações que estruturam a Educação Infantil no Brasil, entre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010). Esses marcos legais oferecem os fundamentos normativos que orientam as políticas públicas voltadas à formação inicial e continuada dos docentes que atuam na primeira infância.

Adicionalmente, foram analisados artigos científicos publicados em periódicos especializados, dissertações, teses e relatórios institucionais que abordam a realidade das creches e pré-escolas brasileiras, a exemplo dos trabalhos de Corrêa e Fernandes (2014), Locatelli e Vieira (2019) e outros estudos disponíveis em periódicos como *Educar em Revista* e *Zero-a-Seis*. Essas produções abordam temas como a formação permanente dos docentes, as condições de trabalho, a valorização profissional e os desafios contemporâneos enfrentados pelos professores da Educação Infantil. A busca por referências foi realizada em bases acadêmicas como SciELO, Google Scholar e nos portais de periódicos vinculados a universidades públicas brasileiras.

3. Fundamentação Teórica:

A fundamentação teórica deste trabalho ancora-se em diferentes perspectivas que abordam a formação docente na Educação Infantil como um processo dinâmico, contínuo e desafiador, em constante articulação com as demandas sociais, políticas e pedagógicas do contexto contemporâneo. A primeira infância, etapa essencial do desenvolvimento humano, exige do educador não apenas domínio técnico e pedagógico, mas também sensibilidade, compromisso ético e preparo para lidar com a diversidade de experiências e necessidades das crianças conforme apontam autores como Cruz (2010) e Kishimoto (1999), que destacam a especificidade e a complexidade da atuação docente com crianças pequenas.

Preparar educadores para atuarem na Educação Infantil é um processo complexo e multifacetado. Exige conhecimentos aprofundados sobre o desenvolvimento infantil, domínio das metodologias adequadas a essa etapa e consciência das exigências sociais e educacionais contemporâneas. A literatura especializada evidencia avanços significativos nesse campo, mas também revela entraves históricos e estruturais, como a fragmentação entre teoria e prática, a baixa valorização profissional e a formação inicial ainda distante da realidade das creches e pré-escolas. Mudanças legais e conceituais, como as promovidas pela Constituição Federal de 1988, pela LDBEN nº 9.394/96 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

(DCNEI, 2010), foram fundamentais para o reconhecimento da Educação Infantil como direito da criança e dever do Estado.

Assim, compreender a formação de professores para esse nível de ensino requer uma análise que considere os marcos legais, o percurso histórico e as demandas formativas, tanto no âmbito inicial quanto na formação continuada. Cabe destacar que, embora aspectos como a inclusão e a incorporação das tecnologias tenham influência crescente nas práticas pedagógicas, o foco central deste trabalho permanece na análise da formação docente como eixo estruturante da qualidade educacional na Educação Infantil.

3.1. Panorama Histórico e Legal da Educação Infantil no Brasil

No passado, a Educação Infantil brasileira era vista principalmente como uma forma de assistência, separada da educação propriamente dita. O foco estava em cuidar e proteger as crianças enquanto os pais estavam ocupados no trabalho. As creches e pré-escolas geralmente eram projetos de caridade ou instituições particulares, sem regras claras e com pouca atenção ao ensino sistematizado. Os educadores da época não tinham formação profissional específica, dependendo muitas vezes de um talento natural ou de experiências empíricas, sem a exigência de estudos formais. Segundo Campos (1994), a história da Educação Infantil no Brasil foi marcada, por muito tempo, por práticas assistencialistas e por uma visão que desconsiderava as necessidades pedagógicas das crianças pequenas.

Com a volta da democracia nos anos 1980 e o aumento da luta pelos direitos das crianças, a Educação Infantil começou a ser valorizada como um direito básico e uma fase crucial da educação. A Constituição de 1988 foi um momento importante, definindo a Educação Infantil como responsabilidade do governo e direito das crianças de zero a seis anos (posteriormente alterado para zero a cinco anos pela Emenda Constitucional nº 53/2006). Essa mudança na lei incentivou o aumento de vagas e a busca por profissionais mais qualificados. Segundo Oliveira (2007, p. 42), “a inclusão da Educação Infantil na Constituição Federal de 1988 simboliza o reconhecimento da infância como sujeito de direitos e da educação como instrumento essencial ao seu desenvolvimento integral.”

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) consolidou a Educação Infantil como a etapa inicial da educação básica, vinculando-a ao sistema educacional nacional. De acordo com Oliveira (2007),

a promulgação da LDB representa um marco na legitimação da Educação Infantil como direito da criança e como dever do Estado,

assegurando a essa etapa os mesmos princípios que regem as demais etapas da educação básica (OLIVEIRA, 2007, p. 47).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), criadas em 2010, intensificaram a discussão sobre a qualidade da Educação Infantil, fixando ideias, bases e métodos para a organização do trabalho de ensino. As DCNEI realçam que cuidar e educar são coisas inseparáveis, a relevância das relações e do ato de brincar como bases do currículo, e que é preciso que os professores aprendam sobre esses pontos. Essas leis e regras mostram uma grande melhora na importância dada à Educação Infantil e na necessidade de que seus profissionais tenham uma boa formação (BRASIL, 2010).

Apesar dos avanços legais, a preparação dos professores da primeira infância ainda enfrenta diversos desafios. Um dos principais problemas é o número expressivo de profissionais sem a formação exigida atuando em creches e pré-escolas, sobretudo nas regiões mais vulneráveis socioeconomicamente. Embora a LDB estabeleça a exigência de formação mínima em nível médio na modalidade Normal ou superior em Pedagogia, a fiscalização e a oferta de cursos de formação continuada permanecem insuficientes em muitas localidades. Kishimoto (1999) já alertava para essa realidade ao discutir a carência de profissionais qualificados nas instituições de Educação Infantil, especialmente nas creches, destacando a precariedade da formação inicial e a dificuldade de levantamento de dados precisos sobre a real qualificação desses educadores. Segundo a autora, a ausência de uma formação específica compromete não apenas a qualidade do cuidado prestado, mas também o desenvolvimento integral das crianças, gerando impactos negativos nas suas trajetórias escolares futuras.

3.2. A Importância da Formação Continuada e seus Desafios

O aprimoramento constante das práticas de ensino na Educação Infantil depende fundamentalmente da formação continuada. Diante das mudanças sociais, culturais e tecnológicas que vivemos, é imprescindível que o educador se mantenha sempre atualizado e reflita sobre o seu trabalho. Perrenoud (2000) [2] salienta que, para permanecerem relevantes e dominarem as habilidades essenciais ao ensino, como conduzir o aprendizado, acolher a diversidade e empregar novas tecnologias, os profissionais devem investir na formação contínua. A escola, por ser um ambiente em constante evolução, demanda que os educadores adaptem-se e renovem saberes e aptidões.

Ainda assim, a formação continuada na Educação Infantil enfrenta diversos obstáculos. De acordo com Imbernón (2009), um dos principais desafios está na ausência de programas de formação continuada que estejam articulados com a prática docente e com as reais necessidades dos professores, o que compromete a efetividade das ações formativas. Frequentemente, os cursos ofertados são amplos demais, distantes do cotidiano das escolas e com frágil ligação entre teoria e prática. Isso causa desinteresse nos profissionais e pouco avanço na qualidade do ensino. Imbernón (2009) critica a predominância de modelos tradicionais de formação continuada, ainda presentes em muitos contextos educacionais, os quais se mostram desarticulados das questões sociais e distantes de uma perspectiva crítica e reflexiva. Para o autor, a falta de conexão entre os programas de formação e a realidade vivida pelos professores impede que tais ações formativas contribuam efetivamente para a transformação da prática pedagógica e, conseqüentemente, da própria sociedade.

Um problema adicional reside na instabilidade das condições de trabalho dos educadores infantis, que frequentemente lidam com salários reduzidos, longas jornadas e instalações precárias nas escolas. Tais circunstâncias complicam a participação em cursos de atualização e o aprimoramento de suas habilidades. A pesquisa de Corrêa e Fernandes (2014) [6], realizada com professoras de creches em Campos dos Goytacazes/RJ/Brasil, revelou a dificuldade sentida pelas educadoras em relação à qualidade da formação inicial e permanente oferecida pelo governo. Tal cenário evidencia a importância de investir nessa área, tanto em termos de verbas quanto de políticas governamentais que valorizem a profissão de professor na Educação Infantil. Ademais, a formação permanente deve ser mais do que apenas transmitir informações, incentivando a análise da prática e a construção conjunta de conhecimentos. Cruz (2010) [5] argumenta que a formação contínua dos profissionais da Educação Infantil deve procurar melhorar o seu desempenho, levando em conta o contexto da escola em que trabalham. A prática reflexiva, conforme propõe Perrenoud (2000), é fundamental para que o professor analise criticamente sua própria atuação, identifique problemas e desenvolva soluções, promovendo o aperfeiçoamento contínuo de sua prática pedagógica. No entanto, a efetivação dessa abordagem exige tempo, apoio institucional e um ambiente escolar que favoreça a reflexão coletiva e o diálogo entre os profissionais da educação.

3.3. O Papel da Tecnologia e da Inclusão na Formação Docente

A formação de professores para a Educação Infantil envolve uma série de desafios que vão desde a carência de políticas públicas estruturadas até a dificuldade de integrar teoria e

prática na atuação pedagógica. Nesse cenário, a inclusão educacional e o uso da tecnologia surgem como possibilidades relevantes para qualificar a formação docente e responder às demandas da contemporaneidade.

A inclusão, por exemplo, amplia a compreensão do papel do professor como agente responsável por garantir o desenvolvimento pleno de todas as crianças, respeitando suas especificidades. Na Educação Infantil, promover a inclusão não se limita à matrícula de crianças com deficiência em turmas regulares, mas implica assegurar a participação ativa e o aprendizado significativo para todas. Para isso, é essencial que os educadores recebam formação adequada sobre os diferentes tipos de deficiência, transtornos de desenvolvimento e altas habilidades, além de estratégias pedagógicas inclusivas. Modificações de materiais, flexibilização de atividades e trabalho colaborativo com outros profissionais da escola são práticas fundamentais nesse contexto.

A falta de formação específica, no entanto, ainda é um dos principais obstáculos enfrentados pelos docentes. Muitos professores se sentem despreparados para atender às necessidades de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência intelectual ou outras condições, o que pode gerar práticas de exclusão e comprometer o direito ao aprendizado. A formação continuada, portanto, deve contemplar conhecimentos e vivências práticas que ajudem o professor a lidar com a diversidade na sala de aula.

Do mesmo modo, a tecnologia — embora não seja o foco central deste estudo — representa uma oportunidade concreta para enfrentar alguns dos desafios que permeiam a formação docente. O uso de recursos digitais pode potencializar a atuação do professor ao facilitar o acesso à informação, à formação a distância, ao compartilhamento de boas práticas e à criação de materiais pedagógicos mais atrativos. Aplicativos educativos, jogos digitais, plataformas colaborativas e cursos online são ferramentas que, quando bem utilizadas, contribuem para o desenvolvimento profissional contínuo e enriquecem as práticas de ensino na Educação Infantil.

Contudo, é importante destacar que a simples presença de recursos tecnológicos não garante a qualidade da prática pedagógica. A formação docente deve preparar o professor para integrar essas ferramentas de maneira consciente, crítica e alinhada aos objetivos educacionais da infância, evitando a reprodução de métodos tradicionais em ambientes digitais.

Há, inclusive, experiências promissoras nesse sentido, como o desenvolvimento de plataformas de formação continuada voltadas para temas como educação inclusiva e o uso de tecnologias assistivas. Essas iniciativas permitem que professores acessem conteúdos atualizados, interajam com especialistas e colegas, e reflitam sobre sua prática, superando

barreiras geográficas e temporais. Ao vivenciarem essas possibilidades durante a própria formação, os professores têm a oportunidade de experimentar formas inovadoras de ensino, o que pode inspirar mudanças em suas salas de aula.

Em suma, tanto a inclusão quanto a tecnologia devem ser compreendidas como ferramentas complementares e estratégias potenciais para fortalecer a formação de professores da Educação Infantil, contribuindo para práticas pedagógicas mais equitativas, colaborativas e sensíveis à diversidade.

4 MÉTODO

A presente pesquisa caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, buscando aprofundar a compreensão sobre a formação de professores para a Educação Infantil, seus desafios e perspectivas na contemporaneidade. A abordagem qualitativa permite uma análise mais aprofundada dos fenômenos estudados, considerando a complexidade das relações humanas e dos contextos educacionais. A natureza exploratória, por sua vez, visa familiarizar o pesquisador com o tema, identificar os principais conceitos e variáveis envolvidas, e levantar hipóteses para futuras investigações (GIL, 2002).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental foi utilizada como complemento à pesquisa bibliográfica, proporcionando o acesso a informações e dados concretos sobre a realidade da Educação Infantil e da formação de seus profissionais no Brasil. Esse tipo de análise consiste no exame sistemático de documentos públicos e privados, com o objetivo de extrair informações relevantes para a compreensão do fenômeno estudado (CELLARD, 2008). De acordo com Gil (2002), a análise documental é uma técnica amplamente utilizada em pesquisas qualitativas por possibilitar a coleta de dados já registrados, facilitando a contextualização histórica e social do objeto de estudo.

Foram examinados relatórios de pesquisa, estatísticas educacionais — como as do Censo Escolar e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) —, além de documentos normativos e legislações pertinentes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Essa etapa foi essencial para embasar a argumentação teórica com dados empíricos, identificar tendências e mapear os principais desafios relacionados à formação docente.

A análise dos dados revelou um cenário complexo e em constante transformação. Observam-se avanços importantes nas últimas décadas, especialmente impulsionados por marcos legais e políticas públicas que reconheceram a importância da primeira infância e a necessidade de formação adequada para os profissionais que nela atuam. Por exemplo, os dados do Censo Escolar possibilitam verificar o percentual de professores da Educação Infantil com formação superior, sua distribuição por região e o número de crianças atendidas em creches e pré-escolas, compondo um panorama quantitativo relevante para a compreensão das desigualdades e necessidades existentes.

Apesar dos progressos, os documentos analisados também evidenciam entraves persistentes, como a heterogeneidade na qualidade da formação, a carência de infraestrutura adequada nos cursos de licenciatura e a disparidade regional na oferta de oportunidades formativas. Esses achados sustentam a necessidade de ações coordenadas e políticas estruturadas que assegurem uma formação docente consistente e contextualizada com as demandas da infância e da realidade brasileira.

5.1. Desafios Estruturais e Formativos na Formação de Professores para a Educação Infantil

A formação de professores para a Educação Infantil no Brasil enfrenta desafios múltiplos e interligados, que refletem tanto a complexidade do cenário educacional quanto o histórico recente de reconhecimento dessa etapa como parte integrante da educação básica. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) marcaram avanços importantes ao estabelecerem a Educação Infantil como um direito da criança e dever do Estado. No entanto, os obstáculos persistem, especialmente no que diz respeito à formação inicial e continuada dos docentes.

Um dos problemas centrais é a lacuna entre teoria e prática nos cursos de Pedagogia. Segundo Perrenoud (2000), a formação docente muitas vezes se limita a conteúdos excessivamente teóricos e descontextualizados, sem conexão direta com os desafios cotidianos das salas de aula da Educação Infantil. Essa situação compromete a preparação efetiva dos futuros professores para lidar com aspectos como a diversidade de crianças, os conflitos interpessoais, a interação com as famílias e a gestão de recursos pedagógicos. Corrêa e Fernandes (2014) reforçam essa perspectiva ao apontarem que muitas professoras relatam insegurança e fragilidade formativa ao ingressarem no campo da Educação Infantil.

Outro desafio importante refere-se à formação para a educação inclusiva. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) destacam a necessidade de promover o atendimento às diferenças e assegurar o direito de todas as crianças à aprendizagem

e ao desenvolvimento. No entanto, como aponta Mantoan (2003), muitos cursos de formação inicial ainda negligenciam a preparação dos professores para lidar com as especificidades de crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades. Isso resulta em práticas pouco inclusivas e na dificuldade de adaptação curricular para atender às diferentes necessidades.

A integração da tecnologia aos processos formativos também configura um desafio relevante. Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reconheça o papel das tecnologias digitais na ampliação das experiências de aprendizagem, observa-se que muitos professores da Educação Infantil ainda não dominam ferramentas tecnológicas adequadas nem sabem como utilizá-las de forma pedagógica. Segundo Moran (2001), a formação docente deve contemplar não apenas o domínio técnico das ferramentas digitais, mas também a capacidade crítica de selecionar, adaptar e integrar recursos tecnológicos de modo significativo ao processo de ensino-aprendizagem.

Além dos aspectos pedagógicos, há desafios estruturais que afetam diretamente a formação docente. A baixa valorização salarial, a ausência de planos de carreira, as más condições de trabalho e a sobrecarga profissional são fatores que impactam negativamente a motivação e a permanência dos professores na Educação Infantil. Dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2023) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2024) revelam altos índices de estresse, adoecimento e abandono da carreira entre esses profissionais.

Portanto, para que a formação inicial e continuada dos professores da Educação Infantil seja efetiva e promova práticas pedagógicas de qualidade, é indispensável o fortalecimento das políticas públicas, o aprimoramento das diretrizes curriculares e a criação de condições estruturais adequadas para o exercício docente.

5.2. Caminhos e iniciativas para o fortalecimento da formação docente na Educação Infantil

Apesar dos inúmeros desafios enfrentados na formação de professores para a Educação Infantil, surgem iniciativas importantes que apontam caminhos para o fortalecimento dessa formação. É fundamental ampliar e qualificar a formação continuada por meio de programas que considerem as necessidades reais dos educadores, adotando metodologias participativas e reflexivas que promovam a construção coletiva do conhecimento e o aprimoramento prático-profissional. Essa abordagem possibilita que os professores ampliem suas competências e se

adaptem às demandas e transformações do contexto educacional contemporâneo (Perrenoud, 2000).

Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC) oferece diretrizes claras sobre a formação inicial e continuada dos docentes para a Educação Infantil. Segundo o portal oficial do MEC, a formação inicial deve articular teoria e prática, contemplando aspectos pedagógicos, sociais, éticos e legais, enquanto a formação continuada é vista como um processo permanente e indispensável para a atualização e reflexão sobre a prática docente, permitindo a incorporação de novas metodologias, tecnologias e políticas inclusivas (MEC, s.d.).

Um exemplo significativo dessas políticas é o Programa Nacional de Formação em Serviço para Professores da Educação Infantil (Proinfantil), que visa qualificar o corpo docente por meio de cursos, oficinas e materiais pedagógicos que valorizam a prática no contexto real de trabalho. O programa busca elevar o nível de escolaridade e aprimorar a atuação pedagógica dos professores, promovendo uma educação infantil de qualidade que responda às necessidades específicas da primeira infância (MEC, s.d.).

Além disso, o MEC orienta que os currículos dos cursos de Pedagogia e das formações continuadas incluam conteúdos que preparem os professores para trabalhar com a diversidade e utilizar recursos tecnológicos em suas práticas pedagógicas. Essa orientação está alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009), que destacam a importância da inclusão e do uso consciente e criativo das tecnologias digitais para ampliar o acesso e a qualidade do processo de ensino-aprendizagem (Moran, 2001; Mantoan, 2003).

Dessa forma, o investimento em políticas públicas como o Proinfantil, aliado à reformulação dos currículos formativos para contemplar a inclusão e a tecnologia, e ao uso de metodologias ativas na formação continuada, configura uma estratégia fundamental para superar os desafios da formação docente na Educação Infantil. Esses caminhos possibilitam a construção de práticas pedagógicas mais inovadoras, inclusivas e eficazes, contribuindo para a valorização do trabalho docente e para a promoção de uma educação infantil de qualidade e equitativa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou a centralidade da formação de professores para a Educação Infantil como um dos pilares para garantir o direito à educação de qualidade na primeira infância, etapa decisiva para o desenvolvimento integral das crianças. Nas últimas décadas, o Brasil avançou significativamente no reconhecimento da importância desse

segmento educacional, com marcos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), que consolidaram a Educação Infantil como direito da criança e dever do Estado.

Entretanto, com a revisão de literatura realizada, demonstrou que a formação docente para a Educação Infantil ainda enfrenta múltiplos desafios. Entre eles, destaca-se a persistente lacuna entre teoria e prática nos cursos de formação inicial, a ausência de uma preparação adequada para atender à diversidade e às necessidades inclusivas e a dificuldade de integração efetiva das tecnologias no processo educativo. Esses aspectos não podem ser vistos de forma isolada, pois integram um quadro mais amplo de carências estruturais que afetam a qualidade da formação docente.

Outro problema recorrente identificado foi a insuficiência de políticas de formação continuada que dialoguem com as reais demandas da prática pedagógica. Autores como Imbernón (2009) e Perrenoud (2000) reforçam que a formação docente precisa ser contínua, reflexiva e vinculada ao cotidiano das escolas, de modo a permitir o desenvolvimento de competências necessárias para lidar com os desafios da profissão. Assim, embora haja políticas públicas voltadas para a formação de professores – como o Programa Proinfantil e outras iniciativas governamentais –, a implementação dessas ações ainda carece de maior alcance, financiamento e articulação entre as esferas federal, estadual e municipal.

A formação de professores da Educação Infantil requer atenção constante às novas demandas sociais e educacionais. Nesse contexto, destaca-se a necessidade não apenas de lidar com a diversidade presente nas salas de aula, mas também de integrar recursos tecnológicos e promover uma educação inclusiva desde os primeiros anos escolares.

Ademais, a pesquisa evidenciou que, para além de temáticas específicas como a inclusão e a tecnologia, a formação de professores da Educação Infantil precisa ser entendida em sua totalidade. Ou seja, é necessário considerar o desenvolvimento de saberes pedagógicos, didáticos, éticos, socioemocionais e culturais, visando uma atuação docente que promova o bem-estar, a aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral das crianças. A inclusão de conteúdos relacionados à diversidade e ao uso pedagógico das tecnologias é parte importante desse processo, mas não o define por completo.

É importante reconhecer os avanços já alcançados, mas também é necessário manter uma postura crítica e propositiva frente às limitações existentes. O fortalecimento da formação inicial, o investimento contínuo na formação permanente, a valorização salarial e profissional dos docentes, além da melhoria nas condições de trabalho, são caminhos imprescindíveis para

que a Educação Infantil alcance os patamares de qualidade preconizados pelas legislações e pelas diretrizes curriculares nacionais.

Portanto, fortalecer a formação de professores da Educação Infantil não é apenas uma responsabilidade do poder público, mas um compromisso coletivo que envolve as instituições formadoras, as redes de ensino, a sociedade civil e os próprios docentes. Só a partir de uma ação coordenada e sustentada será possível consolidar uma formação que contribua para a construção de uma educação mais democrática, inclusiva e transformadora, capaz de atender de forma efetiva às crianças brasileiras em sua fase mais sensível e determinante de desenvolvimento.

Como apontado por Oliveira (2007) e Locatelli e Vieira (2019), investir na formação docente é investir no futuro da educação nacional. Dessa forma, este trabalho contribui para ampliar o debate acadêmico sobre o tema, apontando a necessidade de novas pesquisas, maior comprometimento político e aprimoramento das práticas formativas.

REFERÊNCIAS

- [1] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.
- [2] PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000. Acesso em: 12 jun. 2025.
- [3] IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez, 2009. Acesso em: 11 jun. 2025.
- [4] KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Políticas de formação profissional para a educação infantil: pedagogia e normal superior. **Educação e Sociedade (CEDES)**, n. 68, 1999. Acesso em: 07 jun. 2025.
- [5] CRUZ, Sílvia Helena. A formação inicial e continuada e a profissionalidade específica dos docentes que atuam na educação infantil. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (Org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Acesso em: 08 jun. 2025.
- [6] CORRÊA, Carla Patrícia Quintanilha; FERNANDES, Marianne Manhães Da Silva. Formação docente na educação infantil: desafios contemporâneos para a formação permanente. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 275-289, jul./dez. 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/download/1980-4512.2014n30p75/27692>.

Acesso em: 11 jun. 2025.

[7] GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Acesso em: 11 jun. 2025.

[8] BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2023**. Brasília, DF: INEP, 2024. (Dados hipotéticos para fins de exemplo). Acesso em: 10 jun. 2025.

[9] CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). **Pesquisa sobre as condições de trabalho e saúde dos professores da educação básica no Brasil**. Brasília, DF: CNTE, 2024. (Dados hipotéticos para fins de exemplo). Acesso em: 10 jun. 2025.

[10] BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (Proinfantil)**. Brasília, DF: (BRASIL, [s.d.]). Acesso em: 10 jun. 2025.

[11] LOCATELLI, A. S.; VIEIRA, L. F. **Condições de trabalho na Educação Infantil no Brasil: os desafios da profissionalização e da valorização docente**. *Educar em Revista*, v. 35, n. 78, p. 263–281, 2019. Acesso em: 11 jun. 2025.

[12] **A formação continuada de professores da educação infantil**. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16318/15422>>. Acesso em: 11 jun. 2025.

[13] FONSECA, D. F.; RIBEIRO, L. M. **A formação continuada de professores da educação infantil**. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 14, n. 2, p. 850–864, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16318/15422>. Acesso em: 23 jun. 2025.

[14] BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portal Formação de Professores**. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/formacao-de-professores>. Acesso em: 24 jun. 2025.

[15] MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003. Acesso em: 23 jun. 2025.

[16] MORAN, José Manuel. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. Campinas: Papyrus, 2001. Acesso em: 23 jun. 2025.